

18/10/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.211 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S)	: DANIEL LUIS SILVÉRIO
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE AO CASO. LESÃO RELEVANTE A BEM JURÍDICO TUTELADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ERRO MATERIAL NA DESCRIÇÃO DA DATA DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. O princípio da insignificância ou da bagatela somente pode ser aplicado quanto ausente lesão relevante a um bem jurídico tutelado. Precedentes (HC 84.412, 2ª T., Celso de Mello, DJ 19.11.04; AI-QO 559904, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, julgado em 07/06/2005, publicado em 26/08/2005, Primeira Turma).

2. *In casu*: (i) o paciente foi condenado à pena de 01 (um) ano de reclusão, em regime inicial aberto, convertida em pena restritiva de direitos pelo prazo de 02 (dois) anos, como incurso no artigo 240, *caput*, do Código Penal Militar ("*Furto simples – Art. 240. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, até seis anos*"), sob a acusação de ter subtraído para si 01 (um) aparelho de telefone celular usado, avaliado pelo preço médio de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) por laudo pericial cuja cópia foi acostada à exordial; (ii) para a impetração, teria ocorrido a prescrição da pretensão punitiva no ínterim entre a data do fato e o recebimento da denúncia, pois alega-se que o primeiro marco se deu em 28/03/2007 e o segundo em 13/11/2009; (iii) ocorre que o recebimento da denúncia pela Justiça Militar, ao contrário do que alega o impetrante, ocorreu em 13 de novembro de 2008 (dois mil e oito), e não em 13 de novembro de 2009 (dois mil e nove), segundo informações do Presidente do Superior Tribunal Militar, não tendo decorrido, assim, o lapso prescricional de 2 (dois) anos; (iv) o impetrante, alega, ainda que o

HC 108.211 / SC

fato é atípico, em razão do princípio da insignificância, argumento que não deve prevalecer, porquanto o bem subtraído, segundo laudo pericial, é avaliado em R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), valor superior ao salário mínimo nacional vigente à época dos fatos (R\$ 350,00 – trezentos e cinquenta reais).

3. Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 18 de outubro de 2011.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

18/10/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.211 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
PACTE.(S)	: DANIEL LUIS SILVÉRIO
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado contra ato do Superior Tribunal Militar, que, por unanimidade, negou provimento à Apelação n.º 0000035-36.2008.7.05.0005, em acórdão assim ementado:

“FURTO SIMPLES

I – O crime de furto, tipificado no art. 240, caput, do CPM, consumou-se, no caso vertente, quando houve a inversão da posse direta do bem da esfera de disponibilidade de seu legítimo proprietário.

II – No contexto salarial dos envolvidos e das avaliações constata-se elevada quantia, inviabilizando a adoção do Princípio da Insignificância, como pretendido pela Defesa.

III – Os princípios do Favor Rei e do In dúbio pro Reo, trazidos à colação pela Defesa, são inaplicáveis à espécie.

IV – Recurso a que foi negado provimento, por decisão unânime.”

Aduz a inicial que o ora paciente foi denunciado, no bojo de ação penal militar proposta perante a Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, como incurso no artigo 240, *caput*, do Código Penal Militar (“*Furto simples – Art. 240. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, até seis anos*”), sob a acusação de ter subtraído para si 01 (um) aparelho de telefone celular usado, avaliado pelo preço médio de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) por laudo pericial cuja cópia foi

HC 108.211 / SC

acostada à exordial.

Ainda conforme alegado, o paciente restou condenado à pena de 01 (um) ano de reclusão, em regime inicial aberto, convertida em pena restritiva de direitos pelo prazo de 02 (dois) anos, decisão da qual a defesa interpôs recurso de apelação para o Superior Tribunal Militar, sendo que aquela Corte Castrense negou provimento ao apelo.

Para a impetração, teria ocorrido a prescrição da pretensão punitiva no ínterim entre a data do fato e o recebimento da denúncia. Alega-se que a decisão que impôs a reprimenda de um ano de reclusão transitou em julgado para a acusação na data de 18/02/2010. Considerando que o paciente seria, ao tempo do fato, menor de 21 (vinte e um anos), o prazo prescricional deve ser reduzido pela metade, nos termos do art. 129 do com (*"Art. 129. São reduzidos de metade os prazos da prescrição, quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou maior de setenta"*). O prazo prescricional pela pena em concreto, desta forma, seria de dois anos (art. 125, VI, do CPM). Tendo em vista que os fatos, de acordo com a inicial acusatória, ocorreram na data de 28/03/2007 e o recebimento da denúncia, segundo alega a exordial deste *writ*, se deu em 13/11/2009, a pretensão punitiva teria sido fulminada pela prescrição retroativa.

Além disso, sustenta o impetrante a incidência do princípio da insignificância, pois houve a devolução do aparelho de telefonia celular à vítima, bem como se trata de bem de valor ínfimo.

Tendo em vista o exposto, pede-se a concessão de medida liminar para determinar a suspensão do andamento da ação penal militar autuada sob o número 0000035-36.2008.7.05.0005, assim como dos efeitos do acórdão proferido pela Corte Militar, até o julgamento final da presente impetração. No mérito, pleiteia-se a concessão da ordem para declarar extinta a punibilidade do paciente, em razão da ocorrência de

HC 108.211 / SC

prescrição da pretensão punitiva, ou determinar a sua absolvição, reconhecendo-se a atipicidade material da conduta, em face da incidência do princípio da insignificância penal.

O pedido de liminar foi indeferido, na medida em que o andamento processual constante do Sítio Eletrônico do Superior Tribunal Militar para o processo nº 0000035-36.2008.7.05.0005 indicava que o recebimento da denúncia ocorreu em 13 de novembro de 2008 (dois mil e oito), e não em 13 de novembro de 2009 (dois mil e nove), como foi alegado pelo impetrante.

O Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar prestou informações, dando conta de que o recebimento da denúncia ocorreu em 13 de novembro de 2008, e não de 2009, como constava do acórdão proferido pelo referido Tribunal Superior em razão de erro material.

O Ministério Público opinou pela denegação da ordem, nos seguintes termos:

De fato, o paciente contava com 19 (dezenove) anos à época do crime, fazendo incidir a causa redutora disposta no art. 129 do Código Penal Militar. Levando-se em conta a pena privativa de liberdade imposta no acórdão condenatório, de 01 (um) ano de reclusão, chega-se ao prazo prescricional de 04 (quatro) anos (art. 125, VI, §1º, do CPM3), que, reduzido à metade, resulta no prazo prescricional de 02 (dois) anos.

Considerando-se, ainda, que o fato ilícito foi praticado em 28/03/2007, que a denúncia foi recebida em 13/11/2008 e que a ação penal teve seu primeiro resultado condenatório, o acórdão de primeiro grau, em 25/01/2010, não se constata o decurso do prazo prescricional entre o início de seu cômputo e quaisquer de seus marcos interruptivos.

(...)

A composição dos fatos revela que a conduta narrada na exordial acusatória não se encaixa nos vetores fornecidos por

HC 108.211 / SC

essa Corte Excelsa para a incidência do princípio da insignificância.

É bem verdade que o crime foi perpetrado sem o emprego de violência ou de grave ameaça, sendo a res furtiva restituída à vítima. Entretanto, não se pode considerar ínfimo o valor do bem subtraído, que, por ser avaliado em R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), supera o salário mínimo nacional vigente à época dos fatos, equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Resta manifesta a expressividade da lesão jurídica provocada.

Tampouco se diga que a restituição da res furtiva à vítima afasta a tipicidade material da conduta, sobretudo no caso vertente, em que só ocorreu em função da abordagem em flagrante do paciente.

É o relatório.

18/10/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.211 SANTA CATARINA

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): De início, cumpre ressaltar que o recebimento da denúncia pela Justiça Militar, ao contrário do que alega o impetrante, ocorreu em 13 de novembro de 2008 (dois mil e oito), e não em 13 de novembro de 2009 (dois mil e nove). O Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar, em informações, esclareceu que a data informada pelo impetrante constou, por erro material, no acórdão combatido por meio do presente *writ*.

Sendo assim, cai por terra o argumento do impetrante de que teria ocorrido a prescrição pela pena em concreto, pois não se operou o transcurso do lapso de 2 (dois) anos entre a data dos fatos (28/03/2007) e o recebimento da denúncia (13/11/2008).

No que tange à alegada incidência do princípio da insignificância, melhor sorte não assiste ao paciente.

O bem subtraído, segundo laudo pericial, é avaliado em R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), valor superior ao salário mínimo nacional vigente à época dos fatos (R\$ 350,00 – trezentos e cinquenta reais).

A Primeira Turma deste Supremo Tribunal, ao apreciar a incidência do princípio da insignificância, afere a presença de uma série de elementos objetivos do fato, autorizadores do afastamento da tipicidade material, conforme se colhe do seguinte precedente:

EMENTA: I. Recurso extraordinário: descabimento: falta de prequestionamento da matéria constitucional suscitada no RE: incidência das Súmulas 282 e 356. II. Recurso extraordinário, requisitos específicos e habeas corpus de ofício.

HC 108.211 / SC

Em recurso extraordinário criminal, perde relevo a inadmissibilidade do RE da defesa, por falta de prequestionamento e outros vícios formais, se, não obstante - evidenciando-se a lesão ou a ameaça à liberdade de locomoção - seja possível a concessão de habeas-corpus de ofício (v.g. RE 273.363, 1ª T., Sepúlveda Pertence, DJ 20.10.2000). III. Descaminho considerado como "crime de bagatela": aplicação do "princípio da insignificância". **Para a incidência do princípio da insignificância só se consideram aspectos objetivos, referentes à infração praticada, assim a mínima ofensividade da conduta do agente; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; a inexpressividade da lesão jurídica causada** (HC 84.412, 2ª T., Celso de Mello, DJ 19.11.04). A caracterização da infração penal como insignificante não abarca considerações de ordem subjetiva: ou o ato apontado como delituoso é insignificante, ou não é. E sendo, torna-se atípico, impondo-se o trancamento da ação penal por falta de justa causa (HC 77.003, 2ª T., Marco Aurélio, RTJ 178/310). IV. Concessão de habeas corpus de ofício, para restabelecer a rejeição da denúncia.

(AI-QO 559904, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, julgado em 07/06/2005, publicado em 26/08/2005, Primeira Turma)

Entendo que não está presente a inexpressividade da lesão jurídica causada, porquanto o bem subtraído, conforme laudo pericial acostado pela própria parte impetrante, foi avaliado em mais de um salário mínimo nacional à época dos fatos, valor esse que não pode ser considerado ínfimo.

Ex positis, voto pela denegação da ordem.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 108.211

PROCED. : SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

PACTE.(S) : DANIEL LUIS SILVÉRIO

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 18.10.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux. Compareceram os Senhores Ministros Ayres Britto e Ricardo Lewandowski para julgar processos a eles vinculados.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian
Coordenadora